

ORIENTAÇÃO EPISTÊMICA FEMINISTA DO GÊNERO NA PRODUÇÃO DE PESQUISA NACIONAL EM ARTIGOS DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL (1982-2019)

Autor:

Matheus Estevão Ferreira da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Bolsista FAPESP.

matheus.estevao2@hotmail.com

Orientador:

Leonardo Lemos de Souza

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis.

leonardo.lemos@unesp.br

Simpósio Temático nº 29: Pedagogias Queer: Desestabilizações, Desconstruções e a Produção De Conhecimentos Dissidentes

RESUMO

Abordam-se resultados de uma pesquisa concluída que mapeou, em periódicos nacionais e internacionais de língua inglesa, a produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral, no período de 1982 a 2019, que tem gênero como tema. Neste trabalho, aborda-se apenas o contexto nacional dessa produção mapeada. O mapeamento levantou 29 artigos que relacionam gênero e desenvolvimento moral como tema de pesquisa. Na análise desses artigos, buscou-se identificar a presença e o tipo de orientação epistêmica feminista sobre o gênero. Como parte da metodologia, aplicaram-se duas técnicas: o estado da arte, para levantamento e mapeamento dessa produção, e a meta-pesquisa, para analisar o conteúdo dessa produção. A análise se baseou na classificação de Sandra Harding sobre os diferentes posicionamentos epistêmicos feministas. Os resultados desvelaram que não houve progresso na produção investigada no tocante das epistemes feministas pós-modernas, que parecem inexistir nessas pesquisas do campo, ainda dominado pelas epistemes feministas empiricista e de standpoint. Embora no contexto nacional essa produção pareça despontar mais tardiamente em relação ao contexto internacional, hoje ela parece ter sido descontinuada, com artigos produzidos isolada e periodicamente. Inferiu-se que isso pode ter relação com a inconclusão do debate Kohlberg-Gilligan, sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral, e a insuficiência, em alguns aspectos, de epistemes feministas de standpoint como a de Gilligan. Parece que a Psicologia do Desenvolvimento Moral tenta resistir a revisões epistêmicas conflitantes com suas origens epistemológicas.

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento Moral, gênero, epistemes feministas, desenvolvimento moral.

ABSTRACT

Results of a completed research that mapped, in national and international journals in English, the production of research in Psychology of Moral Development, from 1982 to 2019, which has gender as a theme, is discussed. In this work, only the national context of this mapped production is addressed. The mapping raised 29 articles that relate gender and moral development as a research topic. In the analysis of these articles, we sought to identify the presence and type of feminist epistemic orientation on gender. As part of the methodology, two techniques were applied: the state of the art, for surveying and mapping this production, and meta-research, to analyze the content of this production. The analysis was based on Sandra Harding's classification of different feminist epistemic positions. The results unveiled that there was no progress in the researched production regarding the postmodern feminist epistememes, which seem to be non-existent in this field research, still dominated by the empiricist and standpoint feminist epistememes. Although in the national context this production seems to emerge later in relation to the international context, today it seems to have been discontinued, with articles produced separately and periodically. It was inferred that this may be related to the inconclusiveness of the Kohlberg-Gilligan debate about gender differences in moral development and the insufficiency, in some respects, of standpoint feminist epistememes like Gilligan's. It seems that Developmental Moral Psychology tries to resist epistemic revisions conflicting with its epistemological origins.

Keywords: Developmental Moral Psychology, gender, feminist epistememes, moral development.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa concluída, desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹.

É Jean Piaget (1932/1994, p. 23) quem inaugura a abordagem cognitivo-evolutiva no estudo psicológico da moralidade, com a publicação do livro *O juízo moral na criança*, de 1932, ao investigar o juízo moral com crianças em busca de sua gênese e desenvolvimento: “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”.

¹ A pesquisa teve como título *O gênero na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral: mapeamento e análise em periódicos internacionais de língua inglesa (1982-2018)*, com vigência de 01/08/2019 a 29/02/2020 e vinculando-se à FAPESP pelo processo de n.º 2019/08942-1 na linha de fomento de Programas Regulares de Bolsas no País em Fluxo Contínuo. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/187806/o-genero-na-producao-de-pesquisa-em-psicologia-do-desenvolvimento-moral-mapeamento-e-analise-em-per/>. Acesso em: 01 set. 2021.

Piaget (1932/1994) identificou duas tendências morais distintas vivenciadas pelas pessoas: a *heteronomia* e a *autonomia*.

Lawrence Kohlberg (1992) deu continuidade aos estudos de Piaget no campo da moralidade, “e, vale destacar, que foi por meio dos trabalhos de Kohlberg que o campo da Psicologia Moral consolidou-se” (FRANZI; ARAÚJO, 2013, p. 55), assim como tornou a abordagem cognitivo-evolutiva a mais influente no estudo psicológico da moralidade. Para Kohlberg (1992), o desenvolvimento da moralidade apresenta-se, da mesma forma que os estágios cognitivos piagetianos, em estágios hierárquicos e progressivos, percorrendo *três níveis* e *seis estágios*, sendo dois estágios respectivos a cada nível. Esses estágios caracterizam-se por uma estrutura racional de justiça.

As teorias desses autores, no entanto, foram alvo de diversas críticas e, dentre elas, a de viés de gênero, que acabaram por envolver críticas feministas (GILLIGAN, 1982; MILLER; SCHOLNICK, 2000; MONTENEGRO, 2003; SOUZA, 2017; NOGUEIRA, 2017; BURMAN, 2019).

Para atender aos critérios daquela época que a legitimariam como uma Ciência moderna, a Psicologia fundamentou-se, desde o final do século XIX, em referenciais e metodologias positivistas e experimentalistas, importados das Ciências Biológicas (NOGUEIRA, 2001; 2012; 2017; SAAVEDRA; NOGUEIRA, 2006; PREHN. HÜNING, 2005; SOUZA, 2017). No entanto, a partir da pesquisa sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenciações produzidas por seus achados, despontaram-se discursos que tentam naturalizar a inferioridade da mulher, que reforçam papéis sexuais normativos, patologizam determinadas identidades e desejos e, assim, que justificam desigualdades culturais e históricas. A partir da década de 1970, contudo, essa configuração androcêntrica, sexista e heteronormativa da Psicologia seria continuamente interrogada pela crítica feminista.

Diversas(os) autoras(es), tais como Nogueira (2001; 2012; 2017), Saavedra e Nogueira (2006), e Prehn e Hüning (2005, p. 65), argumentam sobre “[...] o impacto que os pressupostos do Movimento Feminista têm causado na produção teórica da Psicologia, provocando uma revisão de suas metodologias e conceitos e levando a uma nova abordagem científica [...] de análise das relações entre as mulheres e os homens”.

Aos poucos “invadindo” as várias áreas do conhecimento científico, as críticas feministas geraram uma perspectiva epistemológica alternativa às Ciências que atendessem aos seus pressupostos, isto é, que não fosse androcêntrica, sexista ou heteronormativa: a

epistemologia feminista (HARDING, 1986; NOGUEIRA, 2001; 2012; 2017; NARVAZ; KOLLER, 2006, P. 139), ainda que mais “[...] apropriado seria falar em epistemologias e em metodologias, no plural, uma vez que [na perspectiva feminista] não há uma só forma de produção do conhecimento, mas várias, a partir de diferentes teorias”.

Para a filósofa estadunidense Sandra Harding (1986), as críticas feministas à Ciência moderna podem ser classificadas a partir de três posicionamentos epistêmicos: o *empiricismo feminista*, as teorias de *standpoint feminista* e o *feminismo pós-modernista* (NOGUEIRA, 2001; 2012; 2017), classificação que, permanecendo atual, é continuamente citada na produção feminista.

Em concomitância ao surgimento das críticas feministas à Ciência durante a segunda onda, estabelecia-se conceitualmente a categoria social de gênero – num primeiro momento apenas para distinção entre sexo (biológico) e gênero (social) –, aderida pelas feministas em suas investigações sobre as opressões enfrentadas pelas mulheres e, posteriormente, expandida para também contemplação da diversidade sexual e de gênero. Incorporado por teorias feministas e autoras(es) com diversas afiliações teóricas, gênero passaria a ser manipulado numa pluralidade de perspectivas, propondo-se a ele diversas roupagens e, portanto, diversos conceitos de gênero, o que o fez dispor de diferentes orientações teóricas, de acordo com a teoria que o tem como “pano de fundo”. Com a classificação mencionada das críticas feministas à Ciência (HARDING, 1986; NOGUEIRA, 2012; 2017), oriundas das várias teorias feministas produzidas, pode-se ressaltar que gênero pode ser orientado a partir das epistemes feministas empiristas, das de *standpoint* ou das pós-modernistas.

As teorias de Piaget e Kohlberg, oriundas da Psicologia do Desenvolvimento Moral, campo demarcado pelo projeto moderno de Ciência, também geraram interpretações androcêntricas e sexistas sobre o desenvolvimento humano. Essas teorias, e o projeto de Ciência que representam, foram rebatidas pelas críticas feministas em seus três posicionamentos epistêmicos (GILLIGAN, 1982; MILLER & SCHOLNICK, 2000; MONTENEGRO, 2003; NOGUEIRA, 2017; BURMAN, 2019), auxiliando-as a repensarem suas fundamentações e metodologias, sendo a advinda da psicóloga estadunidense Carol Gilligan (1936-atualmente), colaboradora de Kohlberg nos estudos que ele desenvolveu na década de 1970, a crítica mais difundida e de vanguarda.

Gilligan (1982) foi a primeira a identificar o androcentrismo e sexismo presente nas teorias de Piaget e Kohlberg, assim como em diversas outras teorias psicológicas do

desenvolvimento. Em seu livro *Uma voz diferente*, publicado em 1982, Gilligan (1982) apresenta essas críticas a Piaget e Kohlberg sobre o uso da experiência masculina como regra e, ainda, relata uma investigação feita apenas com mulheres, cujos resultados contrapõem-se à compreensão de que as mulheres não atingem níveis ou estágios superiores do desenvolvimento moral. Para Gilligan (1982), com base nos resultados que encontrou, as mulheres partem de uma estrutura de raciocínio moral distinta dos homens, a qual prioriza o cuidado e bem-estar do outro, que nomeia de *Ética do Cuidado*, logo, o problema estaria na teoria de Kohlberg, então centrada apenas na racionalidade e na justiça, e não nas mulheres.

A partir da crítica de Gilligan, erige-se um programa de que deu continuidade às suas proposições e, ao mesmo tempo, abertura para novas críticas e em outras abordagens. E embora de inegável contribuição, a crítica de Gilligan (1982) e sua proposta de *Ética do Cuidado* possibilitaram a difusão de ideias essencialistas sobre a moralidade, das quais se tira a interpretação, por exemplo, de que o cuidado é natural às mulheres (Montenegro, 2003; Nogueira, 2012; 2017). Para Nogueira (2017, p. 81, grifo da autora), “[...] a postura de Gilligan é essencialmente de epistemologia *standpoint* feminista, centrada nas mulheres e também por isso essencialista”.

Segundo Nogueira (2012; 2017), os conflitos que as críticas feministas causaram, sejam de quaisquer posicionamentos epistêmicos, podem ser considerados benéficos e libertadores para a Ciência, possibilitando descolamentos e revisões, inclusive para a Psicologia em seus diversos campos de estudo.

Logo, interessa-nos, aqui, os descolamentos e revisões provocados pelas epistemes feministas, se e quando eles acontecem, no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, no momento em que as pesquisas desse campo tratam do conceito de gênero.

A pesquisa que este trabalho decorre teve o objetivo de reunir, mapear e analisar, em periódicos nacionais e internacionais de língua inglesa, a produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral, no período de 1982 a 2019, que tem o gênero como tema. Para alcançá-lo, a metodologia foi criteriosamente definida e planejada, utilizando-se das técnicas metodológicas de *estado da arte* para reunir e mapear a produção pertinente, e *meta-pesquisa*, para analisar o conteúdo dos materiais reunidos e mapeados pelo estado da arte.

Para este trabalho, tendo em vista a impossibilidade de produzir uma discussão que abrangesse todos os resultados alcançados, aborda-se apenas o contexto nacional dessa produção mapeada e decidiu-se apresentar os resultados obtidos quanto à perspectiva feminista do gênero e de seu posicionamento epistêmico. Os demais resultados encontrados com a pesquisa foram reservados a outras produções, já publicadas (Silva, 2020; 2021) e em fase de publicação.

METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado para o mapeamento desejado foi aquele possibilitado pela técnica de estado da arte, porque se quis investigar a produção em si, levantar os materiais (no caso, artigos) que a constituem e organizá-los de modo a saber sua progressão ao longo do período temporal delimitado e de outras variáveis consideradas.

O período delimitado escolhido para essa investigação foi o de 1982 a 2019, referente ao ano de publicação do livro de Gilligan (1982), *Uma voz diferente*, e ao ano anterior de conclusão da pesquisa.

Para o levantamento dos artigos, foram consultadas quatro bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (Oasisbr), Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As estratégias de busca aplicadas nessas bases, onze estratégias no total, foram definidas com a junção de descritores concernentes ao tema de desenvolvimento moral com o descritor “gênero”, utilizando-se para isso o operador booleano “AND”. O levantamento se deu com o esgotamento das buscas em cada uma das bases consultadas.

Quadro 1 – Resultados das buscas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Oasisbr, Portal Periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO) segundo os onze descritores em português selecionados

Estratégia de busca (descritores e operador booleano AND)	Quantidade de resultados encontrados				
	BVS	CAPEs	Oasisbr	SciELO	Total
1 Desenvolvimento moral and gênero	06	04	13	03	26

2 Psicologia do desenvolvimento and gênero	15	10	25	04	54
3 Psicologia do desenvolvimento moral and gênero	00	01	01	00	02
4 Psicologia moral and gênero	04	10	03	00	17
4 Piaget and gênero	16	03	06	05	30
5 Kohlberg and gênero	03	03	06	01	13
7 Gilligan and gênero	01	09	11	04	25
8 Gilligan and ética do cuidado	06	05	05	00	16
9 Ética do cuidado and gênero	05	07	10	00	22
10 Teoria moral and gênero	00	01	04	00	05
11 Julgamento moral and gênero	05	06	10	00	21
Total	61	59	94	17	231

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora tenham sido encontrados 231 resultados em todas as buscas nas bases, muitos desses resultados se repetiram, além dos que não interseccionam gênero e moralidade e, por isso, foram descartados. Ao final, foram 29 artigos diferentes encontrados (N=29).

Para a análise do conteúdo dos artigos, especificamente a incorporação do gênero na produção mapeada, se dispõe de uma perspectiva feminista e, caso a tenha, qual seu posicionamento epistêmico, realizaram-se leituras suscetíveis de todo seu conteúdo sob um olhar fundamentado na literatura consultada. Então após a sua leitura, produziu-se um relatório textual com a descrição do conteúdo de cada artigo junto às constatações possibilitadas pela análise empregada durante sua leitura. Feito isso, os resultados obtidos com essa análise individual foram reunidos em categorias respectivas às suas orientação e epistemes feministas, que se apresentam a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ainda que os resultados obtidos com estado da arte não sejam o foco deste artigo, cabe ressaltar a escassez de materiais, em termos de volume de produção, desvelada pelo mapeamento.

Comparando o presente mapeamento com outras investigações da literatura sobre moralidade, como de Dellazzana-Zanon et al. (2013) em que realizaram uma revisão de artigos empíricos sobre desenvolvimento moral no Brasil de 2000 a 2010, a produção aqui investigada está muito aquém em termos de volume de produção, ainda que isso seja compreensível devido a ela se tratar de um recorte do campo da Psicologia do

Desenvolvimento Moral – artigos que além de abordarem o desenvolvimento moral abordam também o gênero como tema de pesquisa.

O levantamento demonstrou que no Brasil esse tipo de investigação só começou a ser esboçar mais proeminentemente no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Dessa forma, inferiu-se que a produção de pesquisa sobre moralidade, quando aborda gênero como tema, é periférica no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral em termos de volume de produção.

Adentrando nos resultados obtidos com a meta-pesquisa, primeiro verificou-se a forma que gênero é incorporado nas pesquisas desse campo, de modo a saber como é relacionado com o desenvolvimento moral. Quase em sua totalidade, as investigações veiculadas nos artigos abordavam o gênero a partir da questão das diferenças de gênero no desenvolvimento moral. Essas diferenças referiram-se, sobretudo, ao desempenho de homens e mulheres, resgatando o debate Kohlberg-Gilligan para verificação empírica, utilizando de instrumentos para avaliação do desenvolvimento moral, ou discussão teórica dessa questão.

A partir disso, procurou-se saber se o gênero, quando foi abordado nos artigos, dispôs de uma perspectiva feminista crítica ou não, dividindo a produção em dois principais agrupamentos: gênero fundamentado em perspectivas feministas e em não-feministas. Quando gênero dispôs de perspectiva feminista, para saber qual seu posicionamento epistêmico segundo classificação fornecida por Harding (1986), analisaram-se a discussão produzida nos artigos e as teorias e autoras(es) feministas que referenciam – que se associam a alguma das epistemes feministas.

Assim, os artigos foram classificados, primeiro, nos referidos dois agrupamentos, artigos que não apresentam uma perspectiva feminista, nomeado com o título “Não há perspectiva explícita ou declarada” e artigos que a apresentam. Esse segundo agrupamento se dividiu em três subgrupos, que concerniram à classificação de Harding (1986): “Perspectiva epistêmica empiricista”, “Perspectiva epistêmica *standpoint*” e “Perspectiva epistêmica pós-moderna”.

Dos artigos do primeiro grupo, o que se percebeu, e contrariamente do que se esperava, é que as investigações, mesmo abordando o gênero, não apresentam qualquer fundamentação teórica mais consistente para a manipulação que fazem de seu conceito. Foram 11 artigos, que concerniram a 38% do total da produção (N=29). O que se esperava era que, caso os artigos não atribuíssem uma fundamentação feminista ao gênero,

fundamentassem-no, pelo menos, com alguma perspectiva normatizadora ou, até mesmo, patologizante, por meio de teorias de gênero não-feministas, sendo que perspectivas desse tipo se afirmaram historicamente na Psicologia e em outras áreas, como Biologia, Neurociência, Psiquiatria e outras (SCOTT, 1995).

Quanto ao segundo grupo, distinguindo os artigos em subgrupos relativos às três epistemes descritas por Harding (1986), 02 artigos corresponderam à perspectiva epistêmica empiricista, sendo eles 7% do montante total de artigos (N=29). Assim, discerniu-se que o conceito de gênero que fazem uso se enquadra nessa perspectiva feminista pelas características de suas investigações e pela maneira como se referiram ao gênero. Nesses dois artigos, gênero é fundamentado a partir da Teoria do Esquema de Gênero de Sandra Bem (1991). Citou-se a discussão de Gilligan sobre as diferenças de gênero, mas que serviu apenas de “pano de fundo” para a investigação empírica que retratam, que seguiu o empiricismo feminista.

Esse é um resultado interessante, pois, como ressalta Nogueira (2001; 2012, p. 50), o feminismo empiricista é, ainda hoje, o mais predominante na Psicologia, surgido quando mulheres, com suas pautas feministas, adentraram nessa Ciência e, “para serem aceitas, a maioria escolheu imitar as abordagens da psicologia que foram defendidas por seus pares masculinos”. Assim, a episteme empiricista segue o paradigma tradicional de produção do conhecimento científico, sem questioná-lo: “[...] as cientistas identificam o sexismo e o androcentrismo como vieses sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica. Partem por isso para o estudo dos acontecimentos recolhendo dados por meio de formas que acreditam confiáveis e válidas, relatando os resultados de maneira objetiva” (NOGUEIRA, 2001, p. 139).

Além de retomar e insistir que a incipiência da produção nacional tem forte relação com a pouca difusão das teorias morais no país, logo, que também causa sua pouca abordagem junto ao gênero, uma outra inferência que se tira disso é em relação à trajetória da Psicologia internacional em termos de teoria e metodologia, em especial no contexto norte-americano, que é mais experimentalista que a nacional e, portanto, mais empiricista. Quanto a isso, Ferreira (2010, p. 58) ressalta que “muitos psicólogos latino-americanos iniciaram um forte movimento de questionamento à Psicologia norte-americana (em função de seu experimentalismo e individualismo), em prol de uma psicologia mais contextualizada, isto é, mais voltada para os problemas políticos e sociais”, como se pode ter com epistemes feministas mais recentes, como a de *standpoint* e a pós-moderna.

No subgrupo seguinte, a perspectiva epistêmica caracterizada foi a de *standpoint* feminista. Assim como na episteme anterior, foram 09 artigos atribuídos a esse subgrupo, o que correspondeu a 31% do total de artigos (N=29). Em alguns artigos, a fundamentação do gênero aparece mais explícita, enquanto em outros se verifica apenas a referência à teoria de Gilligan, muitas vezes descontextualizada, em que só se pôde discernir a perspectiva epistêmica que atribuem ao conceito de gênero, além da citação de uma teoria que a representa, pelas características das investigações retratadas nos artigos e maneira como se referiram ao gênero.

Como salienta Nogueira (2001, p. 114), o *standpoint* feminista é uma alternativa importante à episteme empiricista, pois questiona princípios fundamentais do modelo moderno de Ciência, “esta abordagem distancia-se da ênfase de procura de objetividade e neutralidade característica da abordagem empiricista. Os estudos centram-se nas próprias mulheres, produzindo conhecimento [...] centrado nas experiências particulares” e a teoria de Gilligan é o “expoente máximo característico desta posição [epistêmica]”. Contudo, muitas(os) autoras(es) associadas(os) a essa episteme feminista, “pretendiam indiretamente desafiar a validade tradicional dos métodos científicos”, só que acabaram, frequentemente, “por celebrar a natureza especial das mulheres e, por isso, enfatizar mais do que negar importantes diferenças entre os sexos” (p. 144). Assim, mesmo que, no caso de Gilligan, haja a crítica à inexistência das mulheres nas amostras de pesquisa iniciais de Kohlberg e o baixo desempenho delas no desenvolvimento moral, o que Gilligan e demais autoras de *standpoint* feminista fazem é apenas inverter a lógica essencialista, só que agora em benefício das mulheres (MONTENEGRO, 2003).

Uma das teorias mais importantes e, nas palavras de Nogueira (2001; 2012), “expoente máximo característico desta posição [epistêmica]” é a Teoria do Cuidado de Carol Gilligan (1982), amplamente divulgada nos Estados Unidos e com impacto revolucionário para os campos da Psicologia do Desenvolvimento Moral e dos estudos feministas e de gênero, apesar de nacionalmente se indicar (SILVA, 2020; 2020) não ser tão referenciada ou mesmo conhecida em sua completude. Dos 09 artigos desse segundo subgrupo, Gilligan aparece referenciada em todos eles.

O último subgrupo se referiu à perspectiva epistêmica pós-moderna. Foram 07 artigos atribuídos a esse subgrupo, correspondendo a 24% da produção (N=29). Talvez em razão da diversidade de teorias feministas que compartilham desse posicionamento epistêmico, foram várias as teorias citadas nesses artigos.

O feminismo pós-moderno nasce a partir da chamada *crise* da segunda onda do Movimento Feminista, ocorrida na década de 1980, que deu origem à terceira onda do movimento. Essa crise foi desencadeada por diferentes frentes² e as teorizações feministas com base no paradigma pós-moderno logo dominaram os estudos feministas e de gênero, como ressalta Souza (2017).

O paradigma pós-moderno traz, como principal premissa, a incerteza para o conhecimento científico, bem como a desconfiança sobre os modos de como produzi-lo: “talvez a ideia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta” (Nogueira, 2001, p. 144). E é nessa premissa que se baseia a diferenciação terminológica, que adotamos neste artigo, de epistemologia para episteme. Ao contrário dos feminismos empiricista e de *standpoint*, o feminismo pós-moderno não busca o *status* de melhor modo de pensar feminista ou mesmo uma epistemologia mais adequada às mulheres, pois querer a hegemonia é controlar o pensamento, é ocupar o lugar do dominador (Harding, 1986; Lemos de Souza, 2017).

O gênero, pensado a partir da terceira onda do Movimento Feminista e, portanto, por teorias de episteme pós-moderna, tem seu conceito desconstruído em relação a como era conceituado pelos Feminismos das ondas anteriores. Antes, o gênero “era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina inscrita na subjetividade”, desse modo, “revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 650).

A perspectiva epistêmica feminista pós-moderna, segundo Nogueira (2012, p. 49), “vai mais longe no que diz respeito ao desafio aos pressupostos do empiricismo feminista e das teorias de *standpoint* feminista”, pois recusa quaisquer discursos universalizantes e generalizáveis acerca da mulher, e ainda argumenta que: “em vez de se optar pelo caráter do conhecimento como um resultado final e uma lei universal”, sem que seja possível “descortinar o processo nem a sua localização no mundo, os conhecimentos situados são uma proposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento, no quadro da sua própria produção”.

² Nogueira (2017, p. 92) cita algumas delas, tais como a “propagação dos ideais do pós-modernismo nas ciências em geral, a teoria construcionista social e as críticas provenientes do feminismo negro (ênfase na diversidade entre as mulheres)”.

Vale enfatizar que, nessa organização dos artigos em categorias, atentou-se aos aspectos teóricos desses artigos, especificamente quanto à incorporação do gênero, quais as teorias de gênero recorridas para sustentá-lo e quais as epistemes feministas que essas teorias representam. Com essa análise, percebe-se que, ao abordarem o desenvolvimento moral e o gênero simultaneamente, foram pouquíssimos os artigos que fundamentaram o gênero com outra perspectiva que não empiricista ou de *standpoint*. Não foram encontrados artigos que compartilhem perspectivas epistêmicas feministas pós-modernas, que desconstruíssem, ou ao menos interrogasse, as bases epistemológicas nas quais as teorias morais foram construídas.

Na verdade, o se viu, majoritariamente, foi a interrogação das implicações do constructo de desenvolvimento moral kohlberguiano sobre diferenças de gênero – desempenho de homens e mulheres – pelas ideias de Gilligan (1982). Ora interrogando a teoria kohlberguiana a partir da episteme feminista *standpoint* representada por Gilligan, ora partindo das ideias de Gilligan apenas como “pano de fundo” e se fundamentando na episteme empiricista. Embora a perspectiva epistêmica do trabalho de Gilligan seja de *standpoint*, contemporânea a ela, a perspectiva empiricista também “invadiu” as pesquisas que procuravam esclarecer o debate Kohlberg-Gilligan.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa da qual este artigo decorre pôde reunir, mapear e analisar artigos nacionais que abordam gênero e moralidade como tema. O mapeamento, pelo estado da arte, demonstrou que, sendo periférica, essa produção carece de mais investigações que realizam essa intersecção. Considerado o período de 1982-2019, a produção desponta no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com seu pico na década de 1990, mas declínio nos anos seguintes.

Quanto à análise do conteúdo dos artigos pela meta-pesquisa, observou-se que, quase em sua totalidade, as investigações veiculadas nos artigos abordam o gênero a partir da questão das diferenças de gênero no desenvolvimento moral, resgatando o debate Kohlberg-Gilligan tanto para verificação empírica como para discussão teórica. Foram poucas as exceções que abordaram o gênero de outra forma. A fundamentação do gênero, por sua vez, dividiu-se em dois principais grupos: gênero fundamentado a partir de perspectivas feministas e não-feministas.

O primeiro grupo, constituído por 11 artigos, concerniram a 38% do total da produção (N=29), enquanto o segundo grupo foi dividido em subgrupos de acordo com as epistemes das teorias que os artigos se fundamentam. 02 artigos corresponderam à perspectiva epistêmica empiricista, representando 7% do montante total, outros 09 artigos à perspectiva epistêmica de *standpoint*, representando 31%, e 07 artigos compreenderam a perspectiva epistêmica pós-moderna, representando 24% dessa produção.

Não foram encontrados artigos em que a perspectiva epistêmica feminista pós-moderna desconstruísse, ou ao menos interrogasse, as bases epistemológicas nas quais as teorias morais de Piaget e Kohlberg foram construídas, a não ser pela de Gilligan, mas que se mostra limitada para isso. Aponta-se, desse modo, para a consolidação, passados quase 40 anos da publicação de seu livro, da ruptura epistêmica provocada por Gilligan (1982), então pioneira e de vanguarda no campo.

E essas investigações, que abordam o gênero a partir das epistemes feministas empiricista e *standpoint*, prolongaram-se por toda a década de 1980 até a década de 1990, principalmente em âmbito internacional, mesmo em meio à eclosão e consolidação da terceira onda do Movimento Feminista, em que as teorizações pós-modernas dominaram a produção feminista e renovaram a literatura sobre gênero. Até mesmo a datar da década de 2000 em diante, não há muita referência a teorias feministas pós-modernas ou outro modo de se interrogar as teorias morais que não pelo debate das diferenças de gênero. Ainda assim, com o declínio dessas pesquisas de 2000 em diante, infere-se que essa descontinuidade pode ter relação com o debate Kohlberg-Gilligan, permanecer inconcluso, o com a superação do que alude à insuficiência, e a percepção dela, de perspectivas feministas como a de *standpoint* de Gilligan. Ao longo dos 37 anos do período temporal delimitado não se viu, portanto, a progressão desse debate do ponto de vista do potencial crítico das teorizações feministas pós-modernas e das rupturas epistêmicas que poderiam trazer ao campo.

De todos os resultados alcançados com a pesquisa, talvez esse seja o resultado que mereça mais destaque. Enquanto no campo da Psicologia Social, por exemplo, autoras(es) indicam que houve esse tipo de avanço, a Psicologia do Desenvolvimento Moral parece resistir a revisões epistêmicas que rompem com suas origens epistemológicas, como ressaltam Oliveira e Madureira (2014), Souza (2017), Burman (2019), e como nossa pesquisa trouxe em dados que atestam essa inferência.

REFERÊNCIAS

BEM, Sandra. The measurement of psychological androgyny. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 42, n. 2, p. 155-162, abr., 1974.

BURMAN, Erica. **Decostructing the developmental psychology**. London/New York: Routledge, 1995.

FRANZI, Juliana; ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Novos aportes na psicologia moral: a perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 5, n. 8, jan./jun., 2013.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao, Espanha: Editorial Desclée de Brower, 1992.

LEMOS DE SOUZA, Leonardo. **Epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento: percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e juventudes**. 2017. 144 f. Tese (Livre-Docência em Psicologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2017.

Miller, Patricia. H., & Scholnick, Ellin K.. **Toward a feminist developmental psychology**. Londres: Routledge, 2000.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 493-508, jul./dez., 2003.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez., 2006.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 137-153, mar., 2001.

NOGUEIRA, Conceição. O gênero na psicologia social e as teorias feministas: dois caminhos entrecruzados. In: PORTUGAL, Francisco Teixeira; JACÓ-VILELA, Ana Maria (Orgs.). **Clio-psyché: gênero, psicologia, história**. Rio de Janeiro: NAU, 2012. p. 43-67.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. **Labrys**, v. 26, p. 70-79, 2014.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Trad. Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.

PREHN, Denise; HÜNING, Simone. O movimento feminista e a psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 65-71, jul./set., 2005.

SAAVEDRA, Lucia; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 11, p. 113-127, 2006.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral de três Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2008-2019). **Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 12, n. 1, p. 166-204, 2020.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. Afinal, o que foi o debate Kohlberg-Gilligan?. **Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 13, n. 1, p. 4-40, 2021.